



Ata da 324ª, tricentésima vigésima quarta, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ sob a presidência da Presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques para deliberar quanto à pauta. A reunião foi realizada nas dependências da Secretaria de Educação do Município, cumprindo-se os protocolos de precaução à Covid-19. Presentes à reunião os conselheiros Adriana Cristina de Souza Faria, José Ricardo Vinhas, Danielle de Paula, Edvaldo Ferreira, Victor Adriano Vieira Silva, Dayane Lisboa Azevedo, Evandro Paulino de Araújo, Rosimeire Godoy de Lima, Carlos Augusto Zani, Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo, Lucieni Cristina Galvão Lázaro e Sueli da Silva Alves da Cruz. Ausentes André Luís Cintra, Renata Ramos Vieira (justificada) e Reynaldo Bueno Prianti Neto (justificada). Participaram da reunião os assessores da presidência Vanderlei Massarioli e Fabíola de Melo Silva Carneiro, o advogado do IPMJ Dr. Francisco Caluza, a diretora de benefícios Sandra Pereira Rossi e o supervisor da unidade de gestão de investimentos e conselheiro fiscal Amauri Arnaldo Júnior. A reunião teve início às 09h25. A presidente após os cumprimentos de praxe, deu posse aos conselheiros Dayane Lisboa Azevedo, Evandro Paulino de Araújo e Carlos Augusto Zani, que não compareceram na cerimônia de posse, restando ainda pendente a posse do conselheiro André Luís Cintra, também ausente nesta reunião. A presidente apresentou a justificativa da conselheira Renata representante da Câmara Municipal, partilhou a necessidade da aceitação de um membro do conselho para a função de secretário, apresentando a conselheira Adriana Cristina de Souza Faria como candidata a atividade, não havendo oposição do conselho. A pauta do dia foi apresentada, seguida de esclarecimentos quanto ao kit recebido pelos conselheiros contendo: calendário das Reuniões Ordinárias de 2022, cópia da Resolução nº 02/21-Regimento Interno do Conselho Deliberativo do IPMJ e Cartilha de apoio quanto aos procedimentos dos benefícios. Seguiu-se a pauta: 1- Aprovação da Ata da 323ª Reunião apenas pelos membros da gestão anterior do conselho deliberativo, sendo a ata aprovada sem emendas. Antes de dar sequência da pauta a presidente propôs que todos os presentes se apresentassem, considerando que haviam conselheiros novos. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete Novembro/2021). O balancete do mês de novembro/2021 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A assessora Fabíola apresentou o balancete com alguns destaques. Todas as contas foram analisadas pelo Conselho Fiscal em 16/12/2021 que emitiu parecer favorável, sem ressalvas. Das Receitas orçamentárias destacou os repasses das contribuições dos servidores ativos da Prefeitura, SAAE, Fundação Cultural, IPMJ e Regulação, efetuados em dia por todos os órgãos; também contribuições oriundas de sentenças judiciais/precatórios, retidos pela justiça e repassados ao IPMJ, quanto a contribuição dos servidores, resultando tudo em um montante de R\$ 1.792.058,51 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil, cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos), gerando um acumulado do ano de R\$ 21.555.131,87 (vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e um reais e oitenta e sete centavos), esclarecendo que a alíquota de contribuição dos servidores é de 14% e que os repasses de todos os órgãos se referem à competência outubro, exceto IPMJ, aposentados e pensionistas que são referentes a novembro; destacou os valores repassados em decorrência de precatórios, que totalizou o valor de R\$ 26.759,09 (vinte e seis mil,



setecentos e cinquenta e nove reais e nove centavos), gerando um acumulado do ano de R\$ 111.230,63 (cento e onze mil, duzentos trinta reais e noventa e três centavos); observou que o valor de R\$ 14.215,20 (quatorze mil, duzentos e quinze reais e vinte centavos) trata-se de contribuição oriunda de parcelamento de dois acordos de servidores, com um acumulado no ano de R\$ 129.118,69 (cento e vinte e nove mil, cento e onze reais e sessenta e nove centavos). Os valores lançados como receita patrimonial são referentes ao reconhecimento orçamentário de receitas por movimentações financeiras em renda fixa e variável, juros de títulos públicos e fundos no exterior conforme discriminado no extrato de movimentação; houve ainda o registro de receitas de restituições de benefícios, que no mês de novembro foi mais expressiva em decorrência da restituição paga pela prefeitura, pois no período de novembro/2019 a julho/2020, com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, houve um empasse quanto a aplicabilidade imediata da norma, entretanto, a prefeitura reconheceu que os pagamentos ocorridos no período referente a auxílio doença e salário família seriam de sua incumbência, gerando um débito com o Instituto, entendimento seguido pelo SAAE, que já quitou o valor devido na data de ontem, pois na época possuía apenas um servidor em afastamento médico. Também foram registrados os lançamentos referentes ao COMPREV (compensação previdenciária), honorários advocatícios e outras receitas correntes do IPMJ. Das receitas intraorçamentárias destacou a contribuição patronal paga por todos os órgãos em dia no valor de R\$ 1.970.363,80 (um milhão, novecentos e setenta mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta centavos), com acumulado de R\$ 23.069.645,20 (vinte e três milhões, sessenta e nove mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos), com alíquota patronal atual de 16%; registrou também a receita decorrente dos parcelamentos de acordos com a prefeitura que repassou no mês o valor de R\$ 1.388.639,24 (um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos) e a contribuição de amortização do Déficit Atuarial (alíquota suplementar 16,52%). Total de receitas recebidas em novembro/21 foi de R\$ R\$ 9.625.982,42 (nove milhões seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos); no ano, até o fechamento de novembro, o total arrecadado é de R\$ 198.911.316,39 (cento e noventa e oito milhões, novecentos e onze mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos), já superou o previsto no planejamento estratégico para o ano. Das receitas extraorçamentárias destacou tratar-se de valores retidos para repasse aos destinatários posteriormente, permanecendo fora do orçamento. Das despesas orçamentárias explicou que estas são dispostas em empenhado, liquidado, pago e a pagar; destacou as previdenciárias (aposentadorias, pensões e COMPREV) e as administrativas do instituto, acrescentando que há um relatório que é analisado pelo conselho fiscal que faz as comparações entre o registro e as notas fiscais para aprovação; encerrando as despesas empenhadas estas somaram no mês de novembro/21 - R\$ 11.055.816,76 (onze milhões, cinquenta e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos), acumulando no ano R\$ 96.630.303,03 (noventa e seis milhões, seiscentos e trinta mil, trezentos e três reais e três centavos), esclarecendo que a despesa no mês ficou acima do normalmente visto nos meses anteriores, devido ao pagamento da 1ª parcela do 13º salário dos aposentados, pensionistas e servidores do IPMJ que ocorreu no dia 12 de novembro. Das despesas extraorçamentárias destacou tratar-se dos repasses de valores retidos



e repassados para aos respectivos destinatários. Os valores das despesas, verbalizados pela assessora, foram acompanhados pelos conselheiros, explicando que algumas vezes há um saldo positivo, por questões de competência, pois a retenção ocorre em um mês e o repasse no mês seguinte. Em seguida destacou o resumo do balanço financeiro com os dados financeiros e patrimonial, conforme as normas contábeis. Explicou que na parte de disponibilidade há o resultado de dezembro/20, havendo uma diferença relativo a novembro/21, pois o instituto não havia passado pelo processo completo de atualização dos lançamentos da carteira de investimento, conforme determina a Instrução Contábil IPC 14, que regula como deve ocorrer os lançamentos da carteira de investimento do RPPS, tendo o processo de atualização iniciado em 2020 e se concretizado em 2021 com as adequações necessárias do sistema Embras. Assim, ao comparar os anos de 2020 e novembro/21 interpreta-se que houve queda, contudo, a oscilação ocorre devido as alterações contábeis relatadas, pois o rendimento não é mais considerado como financeiro, mas como patrimonial, o que pode ser constatado no relatório dos fundos de investimentos. Do relatório dos fundos de investimentos destacou as movimentações da carteira de Investimentos, esclarecendo sobre os investimentos em títulos públicos, e seus rendimentos, afirmando que foram recebidos os equivalentes aos de vencimento com final ímpar, pausando a explicação para observar sobre o momento financeiro volátil que o país e o mundo estão vivendo, esclarecendo que o comitê de investimentos adotou uma postura mais conservadora, protegendo os investimentos das oscilações severas do mercado, sendo a compra de títulos públicos uma destas medidas protetivas; apresentou as movimentações dos fundos de renda fixa, como os rendimentos que foram aferidos, os resgates para compra de títulos ou para pagamento de fluxo de caixa; apresentou o Relatório de Despesas Pagas por tipo de despesa e centro de custo, destacando as despesas com formação com a renovação do CPA 10 do servidor Amauri no valor de R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais), como restituição, gastos com materiais de consumo, obrigações patronais, PASEP (1% sob toda receita), pagamento de aluguel do prédio da sede, despesas contratuais, e outros, totalizando R\$ 288.214,74 (duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e quatorze reais e setenta e quatro reais), somando-se todas as despesas pagas, resultou-se em R\$ 11.138.062,82 (onze milhões, cento e trinta e oito mil, sessenta e dois reais e setenta e quatro reais). Relatório Gerencial com o controle da taxa de administração e a execução orçamentária a saber, as receitas previdenciárias e administrativas, as despesas previdenciárias empenhadas e as administrativas empenhadas; o resultado financeiro e o disponível, esclarecendo que o resultado ficou negativo devido ao pagamento de 13º que é suprido com o repasse das contribuições (14% dos servidores e 32,5% da administração/patronal) que ocorre no mês de janeiro. Ao apresentar os gráficos de Despesas X Receitas X Resultado Financeiro, destacou a representação dos momentos de pico de receitas (quando ocorrem resgates da carteira de investimento) e as oscilações representadas, a evolução da meta atuarial, que fechou negativa em nov/21 registrando -0,0738 devido a movimentação da carteira financeira, em decorrência do mercado volátil, o desempenho da carteira de investimentos, os rendimentos e o patrimônio registrado dia a dia. Há o demonstrativo da carteira de investimentos com todos os fundos, total de ativos em cada fundo, o desempenho de cada um, e o tipo de investimento, títulos públicos, renda fixa (com rentabilidade



positiva), renda variável (com rentabilidade negativa) e exterior (com rentabilidade negativa); o resultado no mês foi negativo porém o resultado atualizado (no ano) está positivo, destacou que as perdas são apenas contábil, pois somente ocorre perda de dinheiro quanto há resgate no momento de baixa, esclarecendo ainda que a diversidade de investimentos garante uma carteira segura, com menores impactos sentidos. O parecer do Conselho Fiscal recomendando a aprovação. Antes da aprovação a presidente informou sobre as expectativas quanto ao cenário financeiro, e as realidades enfrentadas pela economia do país e do mundo, frente aos desafios políticos, da pandemia e dos demais fatores do mercado, esclarecendo ainda quanto a meta e a justificativa que deverá ser apresentada. O balancete foi aprovado conforme parecer do Conselho Fiscal por unanimidade. 3- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões. A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros dezesseis expedientes de concessão de benefícios, quatorze aposentadorias e duas pensões para análise, não havendo manifestações. A diretora anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias – Mauro Cesar de Lima, Mercedes Helena Evangelista, Jovino Aparecido Bueno, Célia Pereira, Rosele Aparecida Leite Felix de Oliveira, Delma Coelho Duarte Stock Genovez, Alessandra Bottosi Costa, Patrícia da Silva Hermenegildo, Marta Cecília de Amorim, Eliete Ferreira dos Santos Scaglione, Eliane Ribeiro Nogueira Sant'anna, Cristine Alves de Souza, Rivaneide Marinho da Costa, Valdemar Antonio Vieira de Souza. Pensões – Luciana Azevedo Bertoncello e Umberto Miranda Mello, a presidente expôs a necessidade da celeridade da análise do expediente de pensão do ex-servidor Umberto para auxiliar a família que poderia passar por problemas financeiros se assim não ocorresse. A Sra Sandra explicou que os servidores novos foram convidados em data anterior para uma reunião para conhecerem os expedientes e conhecerem como ocorre a análise dos expedientes para aprovação, estando ausente dos conselheiros novos apenas a conselheira Dayane, que justificou sua ausência na data. Todos aprovados conforme parecer do Conselho Deliberativo, consignado pelos conselheiros presentes, nesta mesma data. 4- Informes. Inicialmente a presidente informou a necessidade de se ter curso superior para participar do CAIF e solicitou que os conselheiros encaminhem para o e-mail da Diretora Sandra um currículo, para análise quanto as futuras capacitações. O Sr. Vanderlei fez a leitura do Regimento do Conselho – Resolução 02/21 que foi aprovado pelo Conselho, não havendo dúvidas. A conselheira Adriana questionou sobre a previdência complementar, sendo informado que o processo ainda está em andamento, que já foi publicada a lei, porém esta somente entrará em vigor após a escolha da empresa, e o contrato ser aprovado pelo órgão fiscalizador PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). A presidente destacou a importância da presença de cada membro na reunião e do calendário de reuniões, informando também da necessidade da escolha de um membro para representar o conselho, sendo escolhida a conselheira Lucieni Cristina Galvão Lázaro, quanto ao comitê de investimentos, foi explicado pelo Sr. Vanderlei o funcionamento do comitê, que se reuni duas vezes no mês, destacando ao grupo que o CAIF agora é obrigatório por lei, embora o IPMJ já tenha constituído anteriormente este Comitê, esclareceu que a equipe é formada por 7 membros, presidida pela Diretora Administrativa e Financeira, pelo Supervisor de Gestão de Recursos, e ainda por 1 servidor de carreira, 1 membro do conselho fiscal e 2



membros do conselho deliberativo, todos membros deste Comitê devem possuir curso superior e certificação em investimentos denominada CPA-10. A presidente informou que o curso para a certificação é disponibilizado gratuitamente e a prova para certificação é inicialmente paga pelo servidor, que é reembolsado posteriormente, esclarecendo que embora possa fazer a escolha dos membros prefere que os conselheiros se apresentem para a atividade. Os conselheiros Vinhas, Victor, Edvaldo e Danielle se dispuseram a compor o CAIF, assim a presidente solicitou que os quatro conselheiros apresentem seus currículos para a escolha posterior pela presidência. O conselheiro Vinhas questionou sobre as adequações quanto a reforma da previdência, sendo informado pela presidência que ainda está analisando as mudanças, entretanto, mesmo com as adequações, estas ainda não atenderão todas as necessidades de adequação financeira; a conselheira Sueli falou sobre o impacto da terceirização nas contribuições; a presidente esclareceu que atualmente existe uma empresa que tem assessorado o instituto quanto alguns dados, contudo, será formado um grupo de estudo futuramente para discussões sobre o tema. O advogado Dr. Francisco Caluza fez algumas observações quanto a Emenda Constitucional nº 103/2019 e as diversas possibilidades de adequação dos RPPS, havendo por fim os comentários da presidente quanto aos outros pontos referentes a reforma, como a compra de imóveis e sua inviabilidade como investimento devido as regras previstas, e da possibilidade de consignação, destacando que os estudos devem ocorrer para a adoção das melhores decisões, devendo ser um grupo diversificado com a presença do sindicato, mas não muito grande para que haja fruição dos debates. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 11h12. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária Adriana Cristina de Souza Faria, lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um. *****

PRESIDENTE

Rossana Vasques

CONSELHEIROS

Adriana Cristina de Souza Faria

Carlos Augusto Zani

Danielle de Paula

Dayane Lisboa Azevedo

Edvaldo Ferreira

Evandro Paulino de Araújo

José Ricardo Vinhas



Lucieni Cristina Galvão Lázaro

Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo

Sueli da Silva Alves da Cruz

Rosemeire Godoy de Lima

Victor Adriano Vieira Silva